

É POSSÍVEL AGIR NESSAS CONDIÇÕES (?): DINÂMICAS DE APROPRIAÇÃO DE ESPAÇO POR MORADORES DE RUA NA CIDADE (DE MONTES CLAROS)

CAN ACT IN SUCH CONDITIONS (?): DYNAMICS OF OWNERSHIP OF SPACE FOR HOMELESS IN THE CITY (MONTES CLAROS)

Maria da Luz Alves Ferreira
Pâmela Daniele Ramos Tuller

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS

Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social
mariadaluz@oi.com.br, pamellatuller@yahoo.com.br

RESUMO

O trabalho, construído a partir de observação participante e da realização de entrevistas livres, objetivou refletir sobre as dinâmicas de apropriação dos espaços por moradores de rua na cidade de Montes Claros/MG, com enfoque nas disputas, convergências e distintas formas de apropriação, é dizer, em como agem e buscam partilhar da vida social mesmo em situação de vulnerabilidade e, porque não, inexistência social. Inicialmente, um aspecto relevante concentrou-se na distribuição e diversidade de apropriação, sobretudo dos espaços públicos. Assim, a segunda parte do trabalho (após discussão relativa à caracterização e status da população estudada) consistiu em perquirir sobre a normatividade inscrita na rua em confronto com as formas de utilização pelos moradores de rua. Mas os espaços por eles disputados nos pareceu serem influenciados por relações interpessoais, mantidas com o trabalho ou ocupações praticadas, como também decorrentes de hábitos sustentados, noutros dizeres, com os estilos de vida desenvolvidos. Dentre os locais nos quais eles se estabelecem, alguns despertam maior atenção, em função de congregar grupos mais numerosos. Esses locais, compreendidos no centro da cidade, associam-se em geral às ocupações dos entrevistados. O derradeiro objetivo, portanto, visou refletir sobre as formas particulares de utilização da rua como espaço da vida pública e privada: como se agrupam, razões para as escolhas dos locais, regramentos particulares dos espaços (quem entra, quem sai, o que se pode ou não fazer, que atividades são desenvolvidas), os conflitos em relação a autores externos aos grupos, os diferentes usos no tempo etc.

Palavras-chave: Moradores de rua; Apropriação de espaço; Ação; Inexistência Social; Exclusão social.

ABSTRACT

The work, constructed from participant observation and the free interviews, aimed to reflect on the dynamics of appropriation of spaces for homeless people in the city of Montes Claros/MG, focusing on disputes, convergences and different forms of ownership, in other words, how to act and seek share of social life even in situation of vulnerability and, why not, social oblivion. Initially, a relevant aspect focused on the distribution and diversity of ownership, especially in

public spaces. So, the second part of the work (after discussion on the characterization and status of the study population) consisted of about normativity to assert entered the street confronting forms used by the homeless. But the spaces they played seemed to be influenced by interpersonal relationships maintained with work or occupations practiced, but also due to sustained habits, in other wording with the lifestyles developed. Among the places where they lay, some arouse more attention, due to gather larger groups. Those places included in the city center, pool in general to the occupations of respondents. The ultimate goal, therefore, sought to reflect on the particular forms of use of the street as public space and private life: as group, reasons for the choices of local, specific regulations of private spaces (who comes, who goes, what can or not do, what activities are developed), conflicts in relation to external groups authors, different uses over time etc..

Keywords: Homeless; Appropriation of space; Action; Social inexistence; Social exclusion.

INTRODUÇÃO

Os estudos que primam pela compreensão dos moradores de rua como excluídos (das esferas produtivas e da humanidade) tendem a considerar essa população como homogênea. Escorel (1999), por exemplo, enfatiza todo esse segmento como excluído, desnecessário economicamente, desajustado do ponto de vista social e cujos modos de vida restringem-se à resolução das necessidades consideradas vitais. A passividade lhes seria um traço característico.

Existem na literatura, entretanto, autores, como Kasper (2006), que compreendem o morar na rua de forma mais complexa, nela estando inclusa, além da rotina de satisfação das necessidades básicas (menos facilitadas para quem habita as ruas), uma forma particular de inserção no espaço, notadamente no público.

Assim, o presente trabalho, construído a partir de observação participante e da realização de entrevistas livres, objetivou refletir sobre as dinâmicas de apropriação dos espaços por moradores de rua na cidade de Montes Claros/MG, com enfoque nas disputas, convergências e distintas formas de apropriação, é dizer, em como agem e buscam partilhar da vida social mesmo em situação de vulnerabilidade e, porque não, inexistência social.

Um aspecto relevante será a diversidade de apropriação, sobretudo dos espaços públicos. Portanto, após discussão relativa à caracterização e status da população estudada, objetivamos perquirir sobre a normatividade inscrita na rua em confronto com as formas de utilização pelos moradores de rua. Mas os espaços por eles disputados nos pareceu serem influenciados por relações interpessoais, mantidas com o trabalho ou ocupações praticadas, como também decorrentes de hábitos sustentados, noutros dizeres, com os estilos de vida desenvolvidos.

Dentre os locais nos quais eles se estabelecem, alguns despertam maior atenção, em função de congregarem grupos mais numerosos. Esses locais, compreendidos no centro da cidade, associam-se em geral às ocupações realizadas. O segundo objetivo, portanto, visou refletir sobre as formas particulares de utilização da rua como espaço da vida pública e privada: como se agrupam, razões para as escolhas dos locais, regramentos particulares dos espaços (quem entra, quem sai, o que se pode ou não fazer, que atividades são desenvolvidas), os conflitos em relação a autores externos aos grupos, tais como os comerciantes, os diferentes usos no tempo etc.

MORADORES DE RUA: UMA POPULAÇÃO INEXISTENTE?

Organismos internacionais como a ONU e a FEANTSA¹ conceituam os moradores de rua a partir da conexão dos mesmos com a falta de alojamento, daí serem denominados de “sem-abrigo”. Entretanto, no universo institucional brasileiro, registra-se certa preocupação em desconectar do conceito de moradores de rua a negação do acesso à moradia adequada. Ele será elaborado, deste modo, tendo a palavra “rua” como um de seus componentes indissociáveis. Fala-se em moradores de rua ou em pessoas em situação de rua².

Os dois últimos mencionados substantivos utilizados para conceituar esse segmento populacional se centram nas características da pessoa conceituada ou seus modos de vida (particulares, sugere-se). Eles buscam estabelecer uma relação primordial com a rua, enquanto cenário onde a vida se processa. O morador ou pessoa em situação de rua é, acima de tudo, quem utiliza a rua como espaço para moradia e a partir de onde é possível obter o sustento.

Segundo a definição institucional de moradores de rua (constante do Decreto que estabelece a política nacional pertinente), eles têm em comum a extrema pobreza. Todavia, em lugar de serem denominados como pobres, a eles sobrevieram a designação de excluídos, desde os anos 1970, quando a noção europeia de pobreza cede espaço para a ideia de exclusão social: o pobre é o indivíduo excluído dos modos de vida, hábitos e atividades normais do Estado onde vive, pelo motivo de não possuir recursos bastantes para lhe permitir a participação. (KASPER, 2006)

A temática da exclusão social encobre uma compreensão da sociedade como dual e os indivíduos como incluídos e excluídos. Embora ambos coexistam, somente os primeiros ocupariam alguma posição, participação e utilidade social.

Castel (2009) analisa a exclusão social a partir da ideia de coesão, tendo o emprego como principal mecanismo de integração. Sob este enfoque, nos contornos de uma sociedade salarial, a “posição no salariado”, mais do que o trabalho em si, torna-se a grande responsável por promover a inserção social dos sujeitos. Essa posição congrega uma renda, um status, proteções e identidades pertinentes. A acumulação de bens e riquezas vincula-se, nesse tipo de sociedade, ao salário. Ele referencia o modo de consumo, assim como, e a partir dele, o estilo de vida dos salarizados. Simplificando ao extremo, pode-se dizer que o salário determina o consumo, que determina um lugar social, por conseguinte, um estatuto jurídico específico e, finalmente, quem os sujeitos representam ser em termos identitários (as características particulares dos indivíduos não são consideradas na mesma proporção de suas identidades, isto é, vale mais quem se representam ser no jogo das posições sociais).

Paradoxalmente, o apogeu do salariado, enquanto organizador quase absoluto da vida social, marcou o quão forte e frágil é sua capacidade de integração, pois, uma vez dele alijado, afastado estará o sujeito da vida social.

As reestruturações provocadas, pela empresa, no mundo do trabalho vêm tornando o desemprego crônico, o trabalho instável e o trabalhador sempre vulnerável, quando não excluído. O problema de o desemprego buscar raízes cada vez mais profundas na sociedade decorre de que, com o passar do tempo, os sistemas de seguridade social, notadamente os recursos para o manter, tornam-se escassos. Como consequência, a proteção social pode se tornar insustentável, e o indivíduo inempregável, mas protegido (vulnerável), tornar-se-á inempregável e desprotegido. Ele se torna definitivamente sem posição no salariado, sem participação no consumo, sem utilidade social, logo, inexistente. Esses “inúteis para o mundo”

¹ *Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri.*

² A palavra situação remete à ideia de posição e transitoriedade. Trata-se, outrossim, de algo que está. Condição, por outro lado, carrega a noção de característica imanente, de qualidade, enfim, ela remete ao ser. Ao trata-los como uma população em situação de rua abre-se a possibilidade de negar a longa permanência na rua, por outro lado, referenciá-los como envolvidos uma condição, permite compreendê-los à partir do elemento diferencial na construção de seus modos de vida: a rua. Deste modo, o segmento estudado será denominado como moradores de rua.

(na exata expressão do autor) estão presentes, mas não podem provocar implicações: “ocupam uma posição de *suprenumerários*, flutuando num espécie de *no man’s land* social, (...) [a inutilidade] desqualifica-os no plano cívico e político, (...) [eles] não estão ligados aos circuitos de trocas produtivas” (p.530).

O enfoque de Castel (2009) é estrutural e economicista, restringindo a vida humana à participação na produção e equiparando a utilidade social (a possibilidade de gerar implicações) à utilidade econômica, isto é, ao fato de se estar empregado.

Os estudos pouco centrados em aspectos estruturais e, sobretudo, pouco focados numa compreensão social unicamente a partir da “acumulação global” extrapolam o conceito de vida social, revolvendo-lhe o forte senso economicista. A tendência é de cair no dualismo (existiriam indivíduos presentes e ausentes da vida social), mas, nesse ponto, eles possibilitam avançar sobre as limitações da abordagem antidualista. (OLIVEIRA, 1997)

Os modos de vida praticados pelos moradores de rua, conforme este autor, são considerados destoantes do inscrito naqueles dispostos numa socialização dita normal de tal maneira que por vezes são considerados como “perversos”. A rua, tradicionalmente considerada como espaço para a prática de atos da vida pública, é por eles utilizada com a dupla finalidade de desempenhar os atos da vida pública e os atos mais íntimos da vida privada. É aqui que eles se desconectariam de um dos princípios elementares da vida social humana. “Por mais que seja possível encaixar os nossos indigentes (...) resta sempre a ‘impressão’ de que existe um abismo entre quem, no fim da tarde, tem uma casa para voltar, ainda que humilde, e esses infelizes que, à noite, se recolhem sob as marquises”.

A ausência de integração social para Castel (2009) conduz ao isolamento social. Através de sucessivos processos de rupturas (do emprego principalmente), por ele chamados de processos de desfiliação, os sujeitos podem se desconectar da órbita social. Falar em desfiliação para este autor é mais adequado do que falar em exclusão por fatalmente ela designar um apartamento social, semelhante ao vivenciado pelos judeus apátridas, por exemplo. Oliveira (1997), por outro lado, utiliza justamente essa concepção de exclusão, formulada por Hannah Arendt, para explicar como os grupos tradicionalmente considerados excluídos (não da vida econômica, mas da vida social humana) são percebidos.

O segmento estudado não é compreendido como pertencente à vida social humana. Suas condições de vida (no que pertence às múltiplas carências suportadas e no que toca às práticas consideradas “perversas”³), denotam isso. Para Oliveira (1997) esse não pertencimento revela uma profunda desconexão da vida social, em maior intensidade (é possível supor) que as desfiliações castelianas, por referenciarem esquemas valorativos: os moradores de rua são “avaliados” como expulsos da vida. Eles são invisíveis e inexistentes socialmente, todavia eles estão lá. E essa tensão nutre sentimentos hostis e por vezes exterminatórios.

Châtel (2012) desenvolve o conceito de inexistência social apontando quatro características que atravessam as diversas situações descritas como tal (nestas incluindo os moradores de rua, como sugerimos), a citar essas características: o “colocar fora de” (*mise-hors-de*) mundo em comum; da humanidade; da ética; e do direito.

A primeira dimensão implica numa espécie de a-socialização dos indivíduos, a partir de então compreendidos pelos demais homens como um objeto qualquer. Para além da inutilidade econômica, a inexistência social denota ausência de utilidade para o mundo dito comum. A

³ Embora o morador de rua possa trabalhar, ele é referenciado como entregue ao ócio, à vagabundagem. Ele é representado como quem rejeita “voluntariamente” o trabalho e, através deste, integrar-se à sociedade. Daí porque são culpabilizados pela ida para a rua e, assim, por todos os seus fracassos e destinos. O comportamento desviante também pauta sua representação como sujo ou portador de problemas psiquiátricos, o louco. Esse discurso, segundo Mattos & Ferreira (2004), acentua a representação do morador de rua como “anormal”, na medida em que ele rompe com o comportamento conforme a sociedade. Enquanto a caracterização do morador de rua como vagabundo desperta sentimentos anti-solidários (afinal, estar na rua decorre de uma falta pessoal), identifica-lo como louco ou perigoso (propenso ao crime) tende a provocar sentimentos de temor frente a sua presença.

possibilidade de criar, de iniciar coisas e situações novas no mundo, em resumo, a possibilidade de ação, é negada.

O mundo comum, segundo a autora, é o que nos é dado à interiorização, desde o momento do nascimento. É evidente, porém, que ele suporta modificação constante porque, embora se apresente como pronto, não é, jamais, acabado. Cada novo nascido carrega um poder-agir transformador e, na medida dessa ação, o mundo comum é modificado. Falar em sujeitos alijados do mundo comum, nesse sentido, corresponde à negativa forçada ou voluntária (como no caso dos imigrantes ilegais) de semelhante participação. É dizer, eles não estão entre os homens.

Sua existência física é, inegavelmente, verificada, todavia não logram fincar raízes: eles experimentam “*une vie en points de suspension... Ou une vie qui n’est que survie*”. Essa vedação ao enraizamento, logo, ao recontar sua trajetória e avistar um futuro, significa mais que falta de reconhecimento, posto tocar a temática do viver em comum, de não ser considerado um inimigo, independentemente do lugar ou tempo onde sejam os indivíduos encontrados.

A segunda dimensão, por outro lado, enfoca a degradação dos indivíduos, atingindo neles a estima de si próprio. A capacidade iniciadora, de agir, é desencorajada de modo a não ser percebida pelos considerados socialmente inexistentes. A diferença entre esta e a primeira característica mencionada reside no fato de que, enquanto o estar fora do mundo comum designa a negativa da participação na vida em comum (com os outros, portanto), o estar fora da humanidade implica na negativa, nos próprios indivíduos, de sua capacidade para agir. Eles não se reconheceriam como capazes de iniciar algo, como capazes de serem humanos.

A terceira dimensão tangencia a perda do *outro* como referência da ação individual. A partir da visão ética proposta por Paul Ricoeur (viver bem, com e pelos outros, dentro de instituições justas) a autora explica que os segmentos afetados por inexistência social são reputados supérfluos, na mesma medida em que os homens cada vez mais se consideram como tal. Os indivíduos se compreendem pouco capazes de promover implicações no mundo; reconfortam-se na satisfação do consumo e deixam de se importar com outro, de promover a liberdade do outro como sendo isso um requisito para que sua própria liberdade se realize.

Para que os outros sejam reputados capazes de iniciar algo, é necessário, antes, seja essa capacidade atestada no *eu* (eu sou capaz, logo, você/ele é capaz, tanto quanto eu). Quando porém essa capacidade é negada no *eu*, por consequência ela será negada no você/ele, disso decorrendo a falta de projetos de vida coletivos (do viver bem com o outro), a abstenção de práticas que salvaguardem a dignidade dos segmentos socialmente inexistentes ou o desenvolvimento de comportamentos anti-solidários. É que, sendo o outro considerado supérfluo, abre-se lugar para a dominação do homem sobre o outro homem, de exercício ilimitado do poder sobre não importa quem. Não se observa um tratamento humano (que reconheça a humanidade, a capacidade iniciadora, a liberdade) dos inexistentes ainda quando objetos de políticas ou estudos. A menção a *objeto* em lugar de sujeito é proposital, visto ser este o “status” que adquirem; eles são referenciados como números, índices, e como tal podem ser geridos, manipulados.

Algumas práticas elencadas por Châtel (2012), como exemplo de incentivo à negativa e inobservância do dever ético, são muito similares às experimentadas pelos moradores de rua no Brasil. São recorrentes os estímulos à não doação de alimentos, cobertores, esmolas, a implantação de obstáculos à fixação, tais como esguichos contínuos de água, estacas de metal, barras de ferro e grades (enfim, obras “anti-mendigos”) etc., a fim de forçar o deslocamento desse segmento. Sobremais, não são raros os episódios de internações compulsórias, o envio forçado de uma cidade a outra, agressões voluntárias e homicídios. É interessante que tudo isso tem, via de regra, o respaldo da população.

A derradeira dimensão implica na negativa de direitos a esses grupos. A inexistência social é, por fim, materializada quando não alcança o status de sujeito de direito. A autora não

se refere a sociedade totalitaristas mas às ocidentais, consideradas democráticas e protetoras de garantias universais, notadamente, as constantes da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Em particular aos moradores de rua, essa negativa é bastante nítida. São frequentes a apreensão e destruição de objetos pessoais, inclusive de documentos de identificação, a proibição de pernoitar em albergues ou ser atendido pelos serviços públicos de saúde, deslocamentos forçados, dentre diversas outras. A grande maioria dos moradores de rua (mais de 80%) não faz uso de quaisquer benefícios governamentais, como aposentadorias, auxílios etc.; ademais, o trabalho é quase sempre desenvolvido nos setores informais, as jornadas podem ser muito excessivas, ao passo que os rendimentos, inferiores aos percebidos por outros trabalhadores formais e também informais.

É possível avaliar os moradores de rua, portanto, como socialmente inexistentes. Entretanto a compreensão de seus modos de vida (a forma como se organizam – se é que se organizam) perpassa pela análise da inserção do morador de rua no espaço público, na rua; de modo semelhante, para verificar como agem (se agem, apesar de colocados fora do mundo, da humanidade, da ética e do direito) demanda o estudo de seus cotidianos, o que se espera fazer nos próximos tópicos.

A CASA E RUA: A RUA COMO ESPAÇO

Lefebvre (2006) distingue o espaço a partir da leitura que se pode fazer dele, envolvendo, portanto, seus discursos pertinentes. Isso decorre do fato de que a produção do espaço implica processos significantes: eles são acessados em acordo às determinantes normativas neles inscritas, noutros dizeres, mediante a compreensão dos modos de usos considerados adequados.

Cada espaço, exemplificativamente, a rua, o mercado, a casa ou o centro cultural, recebe nomes que anunciam um “lugar” e, ao mesmo tempo, uma prática social a ele distinta. Essa especificidade demarca, ademais, a inexistência de códigos normativos genéricos, isto é, aplicáveis indistintamente, em virtude de subsistir para cada sociedade e modo de produção particular, a produção de um espaço próprio (ele se torna próprio: é apropriado). Daí porque o espaço social, o conjunto de práticas observadas em espaços físicos específicos, é uma construção social.

Segundo Lefebvre (2006), o espaço social contém, quando assinala certos locais como apropriados, as relações sociais de reprodução da vida ordinária (as mantidas entre, e em razão, dos sexos, idades, da organização familiar) e de produção (como a divisão e organização do trabalho, etc.), assegurando sua continuidade de modo mais ou menos coeso. As representações dessas relações, a seu turno, também se processam no espaço, o que se pode perceber nas edificações em geral, inclusive nos monumentos artísticos, os quais, não neutros, carregam símbolos, códigos, ditos e interditos que impõem uma utilização conforme.

As “relações frontais” (entre os atores e as representações inscritas no discurso proferido a respeito da prática espacial), como afirma o autor, não obsta a ocorrência de “atos clandestinos”, contraditórios, demarcando representações espaciais complexas, denominadas de espaços de representação. Os sujeitos podem tanto empreender ações conformes ou disformes, modificando (através de um processo longo) nesse último caso, pela vivência, o espaço percebido.

Em síntese, o espaço social comporta três dimensões, a da concepção (é apropriados a), o da percepção (é representado como) e o da vivência (é vivenciado, usufruído ou modificado).

Jean Rémy e Liliane Voyé, no que respeita ao espaço, propõem análises um pouco distanciadas, embora complementares, às proposições de Lefebvre, sobretudo por não incorporar elementos como as relações de produção e, diferentemente deste último autor, tomar a ação individual, a apropriação pelos sujeitos, como ponto de partida.

A análise do espaço aqui não se faz unicamente tendo em conta as representações da materialidade, das relações de produção e reprodução; é necessário considerar o próprio espaço como um ator, que possibilita a existência de relações sociais; é nele que elas se tornam visíveis, em virtude de se inscreverem no espaço utilizado. Isso significa que a cidade produz efeitos ambientais (do meio), logo, exteriores aos indivíduos e grupos (não muito distintos dos evidenciados na abordagem de Lefebvre), conforme explica Plassard (2000).

A vida urbana, das cidades, em lugar de uma formação econômica, de um modo de produção específico, determina a obediência a regras para apropriação dos espaços. O respeito a elas tem o condão de assegurar o funcionamento social, por este motivo esses autores consideram se tratar de uma vida “policiada”. A apropriação conforme (do espaço dado como tal) guarda correlação com a posição ocupada pelos sujeitos e da natureza das atividades desenvolvidas. Quando “desconforme”, isto é, distinta da inscrita nos espaços dados, a apropriação não representará necessariamente uma desviância, mas uma forma distinta de perceber estes regramentos e, conseqüentemente, de se apropriar dos espaços. A depender da ação dos sujeitos, um gueto poderá significar um instrumento de promoção ou exclusão social, segundo esclarecem os mencionados autores.

O espaço assumiria, portanto, uma capacidade explicativa da (e não meramente de espelhar a) realidade social. Para tanto, Rémy e Voyé (*apud* PLASSARD, 2000) propõem três níveis analíticos, mais ou menos correspondentes à tríade dimensional sugerida por Lefebvre. O primeiro sistema é social, correspondendo àquilo que é legado aos sujeitos; ele seria o responsável por alimentar os sistemas de controle e poder, possibilitando explicar os regramentos de acessibilidade aos espaços e suas funções. O segundo é o cultural, que, por sua vez, oferta um conjunto de códigos capazes de estruturar grandes oposições entre público e privado, interior e exterior, permitido e defeso, ocultável ou apresentável (tratam-se de respostas pré-estabelecidas para as situações da vida cotidiana, sobre como se comportar etc.). Por fim, existe o sistema da personalidade, segundo o qual os indivíduos se lançam em projetos pessoais, autoregulamentados, determinando o que desejam ocultar ou mostrar com relação à prática espacial.

Logo, quando não avaliado como neutro, o espaço carrega normatividades que impõem constrangimentos à capacidade de atuação dos sujeitos. Essas regras são internalizadas de distintas maneiras, pelo que o espaço é apropriado de formas igualmente diferenciadas.

A rua não é um espaço neutro. Associada ao fenômeno urbano, subsiste para ela regramentos que estruturam as formas pelas quais ela deve, por isso são constrangimentos, ser percebida e utilizada.

Tradicionalmente, a rua é o lugar da vida pública, enquanto o seu par oposto, a casa, é o ambiente da vida privada. Ela se inscreve nos espaços que não deveriam ser apropriados senão de maneira coletiva, como também dentro da dinâmica da mobilidade, intrínseca ao modo de vida urbano. A rua, assim, possibilita acessar os diversos espaços, o transporte dos elementos móveis, incluindo pessoas e coisas. Ela religa, ao mesmo tempo em que separa.

Damatta (1997) descreve como o simples fato da presença de uma mesma pessoa na casa e, sucessivamente, na rua demarca mudanças bruscas em seu comportamento: na forma de se vestir, nos gestos, na tonalidade da voz, no conteúdo das conversas, nos papéis sociais etc. O esperado é justamente que os sujeitos atuem de formas distintas porque cada um desses ambientes possuem uma esfera de significação particular, estabelecendo, em situações de rotinas, atividades específicas para cada uma delas: “não dormimos na rua, não fazemos amor nas varandas, não comemos com comensais desconhecidos, não ficamos nus em público” (p. 41). Vejamos de modo esquematizado, as diferenças elencadas pelo autor como marcantes entre a rua e a casa.

Quadro 01

Distinções entre a casa e a rua

	A casa	A rua
Esfera de ação humana	Privada	Pública
Pessoalidade das relações	Pessoais	Impessoais
Características das relações	Familiares, de hospitalidade e afetuosas	Desumanas
Tipo de relações	Hierarquizadas	Individualizadas
Presença de conflitos	Deve ser negativa	É marcadamente positiva
Mobilidade	Estática, local de morada	Móbil, local de trânsito
Abertura	Fechada	Aberta

Fonte: autoras, 2014.

Para o aludido autor, a simples sugestão de praticar uma atividade num lugar a princípio considerado inapropriado enseja mal-estar e conduz a conflitos. A casa brasileira, além de demarcada por uma gramática espacial interna (para cada cômodo, uma atividade), é comparada com a rua a partir de um viés dramático (como enfatiza). O ir para a rua expressa o rompimento de um liame societal, cuja consequência será o isolamento frente ao grupo social. “No olho da rua”, o sujeito é removido da proteção da sociedade, da família (a casa), sendo entregue aos olhos da rua (impessoal e desumana), caindo na “rua da amargura”. Por outro lado, a casa é espaço do reconforto, da segurança.

Segundo ele explica, embora existam diferenças nítidas entre as conformações da casa e da rua, a separação entre os espaços é dinâmica e relativa. Existem subespaços “arruados” na casa, como corredores ou janelas que abrem a casa para a rua e vice-versa, e existem também subespaços “caseados” na rua, quando eles são ocupados por grupos fechados, por exemplo. Assim, apesar de não ser a rua um espaço reputado como propício para a morada, é possível que alguns grupos nela se instalem como se sua casa fosse. DaMatta (1997) não se refere especificamente aos moradores de rua mas ilustra “os malandros, os meliantes, os pilantras e os marginais em geral” (p. 60) como personagens que estabelecem na rua seu “ponto” pessoal.

A descrição desses espaços como contraditórios, embora complementares, permite compreender como o universo das redes de interação social se processam diferentemente em relação às significações que eles assumem. Assim, a casa, local de privacidade, congrega um conjunto de atividades que devem ser resguardadas dos “olhos da rua”; a rua, local da publicidade, reúne práticas impessoais, desafetuosas e incompatíveis com a rotina da casa, porque ela é o local da luta e da malandragem.

A percepção dessa dicotomia conduz a um modo de vida específico. Trata-se do modo de vida legado com herança pelas gerações passadas à presente que é, contudo, em certa medida, incompatível com o modo de vida dos moradores de rua; entre eles a rua não é oposta à casa e ambos os tipos de atividades específicas a esses espaços são concebidos inseparavelmente, sem que isso se traduza numa confusão ou mal-estar, como propomos.

A RUA É A RUA E É A CASA: COMO OS MORADORES DE RUA DELA SE APROPRIAM

A ideia de que os moradores de rua reconstruem na rua um espaço semelhante ao de uma casa é apontada por Kasper (2006) como inadequada. Segundo este autor, os estudos construídos sobre essa vertente reduzem as práticas consistentes no habitar a “caricaturas das normas vigentes” (p. 23). As estruturas empreendidas pelos moradores de rua, conforme acentua, apenas serviriam ao ato de dormir.

Explica o aludido autor que a noção de casa é comumente concebida do ponto de vista funcional, isto é, ela cumpre funções atreladas às necessidades fisiológicas dos seres humanos,

tais como a do sono, da higiene pessoal, da alimentação etc. Essa concepção, ao seu turno, engendra um modo normativo de pensar a casa. Existiria um padrão e todas as outras formas destoantes não passariam de tentativas de atender a essas funções. No entanto, ele rejeita sejam essas necessidades universais, a ponto de exigir soluções que atendam às mesmas funções, quando, na verdade, elas são fortemente determinadas e atreladas ao modo de vida da burguesia. Além disso, o uso da casa manifestaria um “preconceito ecocêntrico”, significando isso o uso hegemônico da casa como única forma de habitar.

Kasper (2006) chega a essas conclusões porque percebeu nas falas dos moradores de rua por ele entrevistados uma desconsideração das estruturas erguidas para pernoitar como casas. “– *Você chama isso de casa? eu não moro aqui, me escondo lá em baixo*” (p. 23).

As primeiras entrevistas realizadas, por ocasião da elaboração do presente, poderiam conduzir a um entendimento semelhante ao apresentado, pois muitos dos entrevistados contestaram ser reputados como moradores de rua, mesmo “estando” na rua após muitos anos. Todavia, as observações e entrevistas repetidas em períodos distintos levaram a um raciocínio exatamente oposto, qual seja, o de que existem (e os moradores de rua constroem) casas na rua.

A casa, como discutido, no tópico anterior, é mais do que funcional à satisfação das necessidades fisiológicas, ela é determinante e determinada pela separação, fluida que seja, entre o público e o privado. Certeau e Giard (2005) reafirmam a casa como o lugar da desconexão com o mundo coletivo e local propício às “artes de fazer” (de criar e recriar de uma maneira particular).

A descrição desses autores extrapola a noção da, mas não deixa de atestar a, casa como cumpridora de funções, o que, entretanto, não nos pareceu problemático. Falar de estruturas semelhantes a uma casa como o lugar para dormir indica a satisfação da necessidade do sono e, de fato, os moradores de rua geralmente organizam espaços específicos para pernoitar, mas nesses locais eles fazem muito mais do que dormir.

Em Montes Claros foi percebida uma ausência, quase absoluta, do nomadismo entre os moradores de rua. Eles se fixam normalmente nos mesmos lugares para pernoitar ou desenvolver os demais atos da vida cotidiana. O uso de barracos ou estruturas semelhantes não é comum⁴. Isso, porém, não impede sejam construídos “espaços para a pernoite⁵”.

Durante o dia, período em que o trabalho é realizado e as disputas pela rua são mais intensas, extensíveis aos não moradores de rua, os objetos utilizados para estruturar o espaço de pernoite são recolhidos e guardados. Em horários mais ou menos coincidentes com o fim do dedicado ao exercício do comércio (após as 18:00 horas) eles retornam (quando deles se ausentam) a esses locais e neles dispõem seus pertences para ali estruturar um espaço para a pernoite. A forma com que os espaços são organizados e utilizados demonstraram a prática de atos contraditórios à normatividade inscrita nas ruas, noutros dizeres, que a considera como espaço público, e, ao mesmo tempo, indicaram a assimilação e a intenção de estabelecer o espaço de pernoite como um espaço doméstico, como uma casa, embora na rua.

Os espaços para pernoite não têm divisões rígidas como o de uma casa, mas logra afastar o morador de rua do contato com o coletivo. Embora não se trate de um local de intimidade absolutamente inviolável pelos outros, ela existe e é possibilitada, primeiro porque os locais escolhidos são pouco utilizados por outros durante o período noturno e, segundo, porque a presença de moradores de rua afasta aproximações outras impeditivas de ser o local apropriado para a fixação, para a tomada das refeições noturnas, para a conversa, o repouso, para o ausentamento do trabalho, do barulho, da presença e olhares, relativamente que seja, das

⁴ Nos dias mais frios percebeu-se a utilização de estruturas semelhantes às de barracas por alguns moradores de rua. Elas são erguidas, pelo que se percebeu, como isolantes térmicos, tanto que a preocupação é em isolar mais os espaços laterais que os superiores, já que muitas das estruturas não tinham “teto”.

⁵ A utilização dessa expressão se deve em razão de que é no período noturno, quando os moradores de rua se recolhem para dormir, que esses espaços são organizados.

demais pessoas, para a atividade sexual, para o não fazer nada. A vida vivida na casa é, assim, vivida na rua. Daí falar em “uma casa na rua”.

Os moradores de rua se recostam em objetos como papelões, colchões, colchonetes, tecidos ou plásticos, evitando, assim, o contato direto com chão. Em geral eles utilizam objetos para apoiar a cabeça, semelhantes a travesseiros. É interessante que existe uma disposição mais ou menos regular para essas “camas”. Elas sempre têm alguma de suas extremidades, normalmente a “cabeceira”, justaposta a uma parede muro ou grade. Exatamente como, via de regra, nossas camas são dispostas.

Nas imediações do mercado municipal é recorrente encontrar mobílias típicas de uma casa, como armários de cozinha, sofás e mesmo fogões. Esses objetos não permanecem em poder dos moradores de rua durante muito tempo, em geral eles são rapidamente recolhidos pelos órgãos que fazem a limpeza das ruas na cidade. No Cariki muitos desses objetos também foram encontrados, com maior frequência que em outros lugares, possivelmente em virtude de nesse local se concentrarem prioritariamente catadores, que encontram e, portanto, detêm maior quantidade de objetos.

Embora se trate de uma casa sem paredes, sem teto, sem nada, muito engraçada, como diria o poeta, nela é possível entrar: foi percebido certo cuidado ao acessar esse “espaço privado”, antes, é preciso anunciar a chegada; é como se, mesmo diante da ausência de barreiras físicas, existissem limites geográficos entre o que é, de fato, aberto ou vedado ao público.

A entrevistada Ana Paula apresentou seu espaço para pernoite como dividido em diferentes recintos, mais ou menos equivalentes ao de uma pequena casa, a saber, o quarto, a cozinha e o banheiro (partilhado pelos demais moradores de rua fixados no mercado municipal). Exatamente ao lado de sua cozinha, ela apontou outro local como sendo a cozinha de uma moradora de rua.

As cozinhas (porque assim foram denominadas) são organizadas nos fins de semana, sobretudo aos domingos, pelo motivo de que a comida é, via de regra, elaborada por eles mesmos em dias nos quais ela não pode ser adquirida. Observou-se que a alimentação diurna é fornecida, pronta, pelos empregadores (como no Mercado Municipal), comprada no Restaurante Popular ou demandada a terceiros. O Sr. Carlos, por exemplo, informou se alimentar a partir de doações promovidas pelos moradores do Bairro Major Prates, onde reside; para cada dia da semana há um doador diferente. No período noturno, entretanto, a alimentação é obtida através de doações promovidas por ONGs de orientação religiosa. Com exceção dos domingos e das quartas-feiras, todas as noites essas organizações oferecem aos moradores de rua alimentos já preparados.

É importante registrar que o cozinhar é feito de forma coletiva. Um ou mais preparam e mesmo quem não cozinhou pode participar da refeição. Aliás, quando oferecidos os alimentos doados pela ONG que acompanhamos, os entrevistados demonstraram preocupação com a nutrição dos demais: tanto era indicado o local onde haviam mais moradores de rua quanto solicitados alimentos para serem guardados em benefício dos que ali se fixavam mas não estavam presentes.

Como visto, os espaços para pernoite, apesar de recriados a cada fim de tarde, carregam marcas dos indivíduos. Alguns são mais organizados, decorados, demonstram maior grau de limpeza, indicam, dentre outras situações, a profissão ou trabalho desenvolvido (é fácil, a título de exemplo, identificar o morador de rua que trabalha com a catação de materiais recicláveis, porque junto a eles serão identificados grandes sacos com garrafas PET, latinhas de alumínio etc.).

O Sr. Geraldo assinalou que a fixação em um ponto específico é importante para obter uma referência de moradia. *“Gosto de ficar mais no HU porque aqui é o ponto de referência nosso. (...) se eu bato na sua porta, precisando limpar um lote, cê tem um lugar pra me*

procurar. Tem mais de mil rua na cidade. Cê procura no HU onde que é meu ponto de referência”.

A rua, além de casa, de local de referência e de prática dos atos da vida privada, é o espaço da produção, na qual o morador de rua também se insere. Embora seja comum identificar esse segmento como excluído do mundo normal do trabalho (OLIVEIRA, 1997), estudos (TULLER, 2013) revelam se tratar de uma população inserida em diversas cadeias produtivas. Os grupos fixados no Mercado Municipal e numa praça bastante próxima a este último (a Praça da Matriz), por exemplo, atuam nas diversas atividades correspondentes à comercialização de produtos naquele encontrados ou em serviços correlatos. Já os membros do encontrado no Cariki atuam em grande parte da cadeia da reciclagem, realizando desde a coleta até o pré-beneficiamento dos materiais catados.

Entre os moradores de rua entrevistados/observados, a prática de atividades remuneradas, em geral mais de uma, foi preponderante. É possível a obtenção de rendimentos, em alguns casos, superiores aos mínimos nacionais, a partir dos quais os moradores de rua obtêm o sustento pessoal ou promovem o dos filhos: alguns se revelaram como provedores. Assim, inseridos no mercado de trabalho, embora informal, os moradores de rua não seriam tão excluídos como proposto por Castel (2009); eles trabalham, auferem renda, consomem e constroem suas identidades também a partir do trabalho (são considerados trabalhadores, “pessoas de bem”), no entanto, continuam na rua.

A escolha do local para se fixar sofre influência, é possível sugerir, das relações mantidas com o trabalho e sua utilização como espaço simultâneo de trabalho e moradia foi apontada, por alguns dos entrevistados, como facilitador para o exercício do trabalho e, ao mesmo tempo, como estratégia para se desvencilhar, a título de exemplo, do abuso de drogas: – *A gente já acorda tendo o que fazer* (afirmou um entrevistado que disse haver sido convidado a residir nas imediações do mercado a fim de abandonar o uso abusivo de drogas).

Foi possível perceber que o estar na rua e especificamente em determinados locais, com fulano ou beltrano, ultrapassa uma rotina de sobrevivência, envolvendo outros elementos. Foi comum ouvir dos entrevistados, como justificativa por haver escolhido determinados locais, o fato de terem amigos ali ou de haverem sido convidados a habitar o local.

É característico da população estudada o viver em conjunto a outros, ao contrário do que indicaram estudos em outras cidades, como a de Belo Horizonte/MG. Os comportamentos e, portanto, os modos de vida dos entrevistados apontaram para um viver (na rua) desenvolvido de maneiras distintas por esses grupos, e, internamente a eles, de maneiras similares pelos seus integrantes.

Como característica genérica dos 06 grupos identificados, incluindo os do Mercado Municipal, da Praça da Matriz e do Cariki, é possível dizer que os membros de um, com exceções, não acessam os espaços utilizados pelos de outro; a entrada no grupo e a utilização dos espaços ocorrem mediante autorização dos membros; os critérios utilizados para admissão no grupo e espaço guardam relação com diversos aspectos, mas o trabalho e as relações de amizade se apresentaram como um dos principais.

Alguns moradores de rua narraram haver “deliberadamente” escolhido o local de fixação dos indicados grupos para dormir, pela primeira vez, na rua. A existência de pessoas conhecidas ou de parentes nesses grupos foi o fator preponderante para a escolha. É possível sugerir que no momento da ida para a rua, o medo de ser alvejado pelos “perigos” que ela pode proporcionar é mais intenso, vindo a existência de vínculos amistosos favorecer a entrada nos grupos e, com isso, facilitar a adaptação ao viver na rua. Os grupos, nesse sentido, serviriam de “porta de entrada”, não significando isso que eles sejam a causa para a ida para a rua. A esse respeito, é interessante a fala do entrevistado Geraldo sobre o porquê de viver em grupos e especificamente no Hospital Universitário:

A gente dá bem com aquele local, procura aquela opção ali de vida pra viver. Igual no Mercado tem carro pra olhar e tem um ponto de vida, outro passa pro HU, tem aqui, outro passa pra Rodoviária, porque lá é lugar deles pedir. Agora, se colocar todo mundo junto (...) acaba num cabendo, nem o lugar num cabe.

As práticas dadas, ou seja, já observadas em determinados espaços (ou, ainda, a não utilização) apresenta-se como fator de atração dos moradores de rua. Uma vez nesses espaços, eles ali se inserem de maneira distinta, e as ruas do mercado central, utilizadas para o comércio, tornam-se, nos períodos noturnos, por exemplo, o espaço de pernoite, a casa, dos moradores de rua; ou o morar no “olho da rua” assume a função de estratégia para um possível reerguimento social.

Vale registrar que algumas normas inscritas no espaço são respeitadas; os moradores de rua não rompem de modo absoluto com os modos de vida predispostos na socialização normal. Estes seriam por eles internalizados, tanto que, em certa medida, reproduzidos. Chama, por exemplo, à atenção o fato de as relações sexuais ou a satisfação da necessidade de evacuar serem realizada às escondidas, em locais preservados dos olhares de terceiros.

Existem ações que devem permanecer ocultas; outras, não. O dormir em lugares de grande movimentação, como na frente do Hospital Universitário, é importante para conferir proteção contra eventuais violências. Assim, o dormir em público garantirá não sejam os moradores de rua alvejados durante o sono.

A permanência nos locais “escolhidos” é sempre negociada com os demais sujeitos nele atuantes. Os moradores de rua fixados no entorno do mercado central demonstram significativa preocupação com a representação que os comerciantes fazem deles. Somente é aceito nesse grupo e, portanto, nas imediações do mercado (durante o dia e noite) as pessoas consideradas, pelos membros, de confiança, isto é, as que trabalham, não demandam esmolas e não cometem furtos ou apropriações indevidas. A esse respeito, conforme relato do entrevistado Jardel, um adolescente foi expulso desse grupo em razão de haver se apropriado indevidamente de dinheiro de um feirante. O adolescente foi agredido por este último, fato aprovado pelos demais moradores de rua. O senhor Jardel, ao comentar o assunto, afirmou que o ato de pedir e furtar “derruba a pessoa” e dificulta o acesso ao trabalho, podendo implicar na quebra de confiança entre os moradores de rua e os comerciantes, conseqüentemente, provocar a proibição de habitar ou frequentar o local.

No mercado municipal percebeu-se também a formação de uma espécie de reserva de mercado (de trabalho). Existe disputa pelos postos de trabalho oferecidos e quem habita o local tem preferência na ocupação dos mesmos. Na última semana de junho de 2014, aliás, o Sr. Jardel reclamou do número de pessoas vivendo nas ruas. Segundo ele, Montes Claros tem muitos moradores de rua, advindos de toda a região do norte de Minas Gerais e até mesmo, ressaltou ele com certa indignação, do Sul da Bahia. Na oportunidade, ele falou ser o Mercado Municipal o local predileto para os “novatos” (como costuma denomina-los) porque lá é possível encontrar comida e trabalho.

Nas imediações da rodoviária municipal e praças ou ruas do bairro São José (considerado de classe média), observou-se inúmeras tentativas de fixação, como também a formação e o desfazimento de diversos grupos. No primeiro local, a permanência depende principalmente da aceitação de seus administradores, no segundo, da vizinhança. Esta última, em particular, é determinante na saída, leia-se, na expulsão, dos moradores de rua dos locais onde tentam se fixar. A presença dos moradores de rua seria incompatível com a “boa estética” da cidade, como pronunciado em algumas ações empreendidas para expulsá-los de certos lugares.

Quando aceitos, seja pela caridade ou oferta de trabalho, a tendência é de a fixação perdurar por longos períodos. Mas a aceitação também revelou-se negociada, através da realização de pactos de manutenção da limpeza e organização dos espaços nos quais se fixam.

CONCLUSÕES

A apropriação desconforme (da rua como casa e rua) revela certa capacidade de ação dos moradores de rua. Para além da sobrevivência, existem sociabilidades que se desenvolvem na rua, grupos são formados, distintas estratégias de viver, de se fixar e utilizar as ruas como local de moradia e obtenção do sustento, de continuar a participar da produção, são empreendidas.

Embora úteis economicamente, sobretudo no caso dos moradores de rua que desenvolvem atividades remuneradas, eles são avaliados como desconectados da vida social, a participação, o provocar implicações no mundo comum, é negada. Via de regra, eles são reputados como excluídos, como entregues ao ócio e à vagabundagem, como quem pratica atos não inseridos na órbita humana, em especial por romper com a clássica dicotomia público/privado; é inegável se tratar de uma população socialmente inexistente.

A rua, em especial nos limites da cultura brasileira, é o lugar da malandragem, nela não é permitido se fixarem as “pessoas de bem”. Por outro lado, sua utilização particular pelos moradores de rua desenham para ela novas configurações, pelo que elas são apropriadas não como lugar do transitório, do público, mas de sobreviver e viver, inclusive para sair das condições que provocaram a ida para as ruas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto 7.053, de 23 de dezembro de 2009* - Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm.. Acesso em 03 de março de 2014.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 8. Ed. Petrópolis : Vozes, 2009.

CHÂTEL, Vivianne. *L'Inexistence sociale: Essai sur le déni de l'Autre*. 2. ed. Fribourg, Academic Press Fribourg, 2012.

CERTEAU, Michel de. *(A) invenção do cotidiano*. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

KASPER, Christian Pierre. *Habitar a rua*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

MATTOS, R. M & FERREIRA, R. F. *Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822004000200007&script=sci_arttext., acesso em 03 de dezembro de 2013.

OLIVEIRA, Luciano. *Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito*. RBCS, VI 33. Ano 12, fev. 1997. Disponível em:

http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_33/rbcs33_04. Acesso em 05 de fevereiro de 2013.

PLASSARD, François. L'espace produit. *In: Economie spatiale*. Lyon: Université Lyon 2, 2000.

TULLER, Pâmela Daniele Ramos. *O lugar do excluído na produção*. In: Coninter, 2013, Belo Horizonte/MG. Anais do II Coninter, 2013.